

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### APROXIMAÇÕES INTRODUTÓRIAS À REALIDADE DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS EM BELÉM/PA: estudo das condições éticas, técnicas e salariais de trabalho pós-golpe de 2016

INTRODUCTORY APPROACHES TO THE REALITY OF SOCIAL WORKERS IN  
BELÉM/PA: study of ethical, technical and 2016 post-coup labor wages

Monique Evelen Pinheiro Ramos<sup>1</sup>  
Reinaldo Nobre Pontes<sup>2</sup>  
Amanda Lima Medeiros<sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de forma introdutória as condições éticas e técnicas do trabalho profissional dos/as assistentes sociais em Belém/PA, particularmente após a conjuntura do Golpe de 2016 e o avanço do neoliberalismo no Brasil. Em vistas a sua construção, foram realizadas como estratégia de coleta de dados: levantamento bibliográfico em periódicos científicos da área do Serviço Social, assim como Grupos Focais com assistentes sociais. Tais informações/dados foram analisadas em uma perspectiva crítico-dialética, por entender que esta teoria e método é a que melhor favorece uma análise crítica da realidade social. Enquanto resultados observou-se um avanço da precarização do trabalho profissional de forma particularizada. Diante disso, os/as assistentes sociais apresentam como percepção a necessidade de luta e organização política em torno da defesa dos direitos e prerrogativas profissionais e de classe

**Palavras-chave:** Condições de trabalho. Neoliberalismo. Assistentes Sociais.

<sup>1</sup> Discente de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará- UFPA. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia – GEPSS/PPGSS/UFPA. E-mail: evelemramos@gmail.com

<sup>2</sup> Discente de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará- UFPA. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia – GEPSS/PPGSS/UFPA. E-mail: evelemramos@gmail.com

<sup>3</sup> Discente de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará- UFPA. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia – GEPSS/PPGSS/UFPA. E-mail: amanda.medeiros@icsa.ufpa.br.

**ABSTRACT**

This article aims to introductory analyze the ethical and technical conditions of the professional work of social workers in Belém/PA, particularly after the 2016 Coup and the advance of neoliberalism in Brazil. In view of its construction, the following data collection strategy was carried out: bibliographical surveys in scientific journals in the area of Social Service, as well as Focus Groups with social workers. Such information/data were proven from a critical-dialectic perspective, to understand that this theory and method is what best favors a critical analysis of social reality. While the results showed an increase in the precariousness of professional work in a particular way. In view of this, social workers perceive the need for struggle and political organization around the defense of professional and class rights and prerogatives

**Keywords:** Work conditions. Neoliberalism. Social Workers.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente estudo com o título **“APROXIMAÇÕES INTRODUTÓRIAS À REALIDADE DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS EM BELÉM/PA: estudo das condições éticas, técnicas e salariais de trabalho pós-golpe de 2016”** é resultado do Plano de Trabalho de Iniciação Científica vinculado a uma pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS) do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Pará-PPGSS/UFGPA, que teve como objetivo: analisar a realidade da formação e do trabalho profissional dos/as assistentes sociais no Estado do Pará, particularmente após o ano de 2016, no qual ocorreu a destituição, mediante um “Golpe de Estado<sup>4</sup>”, da então Presidenta da República Dilma Rousseff.

Observa-se que este trabalho busca evidenciar aspectos concernentes ao recrudescimento das condições de trabalho que esse/a profissional tem vivenciado pós-golpe institucional de 2016 que acarretou o avanço do neoliberalismo no país. Ressalta-se, ainda, que essa análise tem como parâmetro a Resolução CFESS 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do trabalho profissional.

Este trabalho foi construído com base em levantamento bibliográfico, assim como a partir de dados de Grupos Focais realizados com assistentes sociais em exercício profissional obtidos por meio do banco de dados de uma das pesquisas do GEPSS/PPGSS/UFGPA, na qual contém a gravação do grupo focal realizado no dia 14 de dezembro de 2021, com 6 Assistentes Sociais

---

<sup>4</sup> Esta análise faz parte do reconhecimento político, histórico e social deste grupo de pesquisa.

da Região Metropolitana de Belém- RMB, como estratégia de obtenção de análises para os resultados da pesquisa já mencionada. Assim, para compor as reflexões trazidas neste artigo, vamos apresentar a metodologia e descrição da coleta utilizada:

**TABELA 1** Caracterização das participantes

Participante 1	Trabalha na área da Educação
Participante 2	Trabalha na área da Assistência Social
Participante 3	Trabalha na área da Habitação

**Fonte:** Banco de dados de Pesquisa GEPSS/UFPA, 2017.

Neste contexto, importa destacar que a Teoria Social de Marx foi adotada como método de análise, pois essa perspectiva teórico-metodológica busca apreender a realidade enquanto totalidade histórica em movimento, entendendo-a como a unidade do diverso (MARX, 1982; PONTES, 1997).

No que se refere ao levantamento bibliográfico, foi realizado por meio periódicos científicos de alto impacto (A1 e A2) na área do Serviço Social, dos últimos 5 anos (2017-2022). No que se refere a temática pesquisada foi encontrada a seguinte quantidade de artigos: Revista Serviço Social & Sociedade (1 artigo); Temporalis (3); Textos e contextos (1); O social em questão (1); Revista de Políticas Públicas (1).

Diante disso, a organização deste ensaio está estruturado em 3 partes, sendo a segunda de resultados, os quais apontam que, em que pese o avanço do processo de precarização do trabalho profissional, as/os assistentes sociais compreendem a necessidade de mobilização e luta social em torno de melhores condições de vida e trabalho, em defesa das prerrogativas profissionais e de defesa do Projeto Ético-Político Profissional. Finalizando com a conclusão, contudo, aponta-se como tendência o avanço da precarização da profissão, consequência da precarização do trabalho, como resultado do avanço do neoliberalismo e do avanço do conservadorismo na sociedade brasileira.

## **2 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS**

Com o avanço do neoliberalismo e o desmonte das políticas públicas, as condições de trabalho das/os assistentes sociais têm sido agudamente precarizadas, fato que se intensificou com o golpe de 2016 e todas as mudanças que vieram após, como a emenda constitucional 95,

que congela gastos com saúde e educação por 20 anos (Mustafá, 2019, p. 6), a qual impactou diretamente a atividade profissional da/do assistente social tendo em vista que este profissional atua com a construção e conjugação dos direitos de cidadania da população.

Dessa forma, a demanda dos serviços da/o assistente social se intensificou, pois uma grande massa de trabalhadores teve suas condições de vida ainda mais precarizadas, haja vista que segundo a lógica neoliberal, o Estado e suas políticas distributivas seriam um empecilho para o crescimento econômico e o grande culpado pela crise econômica, sobretudo o Estado Social. Em que a solução seria o plano de *austeridade fiscal* a fim de que os recursos que seriam destinados as políticas sociais fossem em grande medida direcionados ao pagamento de dívida pública, favorecendo o mercado financeiro (Mustafá, 2019, p. 4). Assim, faz-se necessário evidenciar esse processo e a realidade das condições éticas e técnicas do trabalho pós-golpe de 2016.

Parte-se então da proposta de analisar essas condições de trabalho profissional juntamente com as demais pesquisas já realizadas nessa área. Evidencia-se em todos os artigos consultados (Camargo, 2021; Corrêa et al., 2021; Gomes et al., 2021; Francisco, 2020; Maior, et al., 2018) que com o avanço do neoliberalismo, o profissional tem sofrido com vários desmontes, como: condições da atividade profissional, condições salariais, doenças adquiridas e áreas de atuação.

Em relação às **condições de trabalho** do/da assistente social encontrou-se relatos de circunstâncias nas quais os ambientes de trabalho profissional estavam extremamente precários, insalubres e “despidas de condições mínimas de dignidade humana para a realização do trabalho (e até a ausência de espaços físicos para realização dele), sem telefone, dentre outros insumos” (Camargo, 2021, p. 496). Além de um aumento da carga de trabalho devido à grande demanda por serviços e atendimentos, com sobrecarga de trabalho diante do pouco número de profissionais.

Tais aspectos podem ser evidenciados no relato de um dos profissionais de Serviço Social participantes do Grupo Focal da Pesquisa, a saber:

Eu percebo que o trabalho do assistente social não é muito valorizado na Seduc, as condições são precárias, nós não...eu tenho sala de atendimento, eu...mesmo assim não é uma sala ideal, porque fica eu e o psicólogo, então, quando é só um atendimento social ele tem que sair, quando é atendimento psicossocial a gente fica junto, nós não

temos hoje uma sala de atendimento, nós temos uma sala, mas em alguns locais como nas USEs os assistentes sociais não tem nem sala, eu não sei, eles dividem o espaço com o administrativo, com todo mundo, então é um trabalho bem complicado e sobrecarregado, o que eu percebo é um trabalho sobrecarregado, então eles têm que selecionar o que é mais importante pra tá desenvolvendo, porque é um ou dois assistentes sociais no máximo pra 17 escolas, imagine, com tantos problemas sociais referentes à educação e as demandas sociais (PARTICIPANTE 1, 2021).

Outra entrevistada também evidencia mais elementos sobre as condições de trabalho:

Eu já cheguei a atuar em espaços que eu não tinha mesa, que eu não tinha uma sala, que eu não tinha gaveta para guardar documentos, e sempre ter que em mente que a gente precisa fazer da melhor forma e dentro do que a gente realmente tem, dentro das nossas competências, as particularidades regionais também são coisas assim muito presentes, principalmente para o pessoal que trabalha na política de assistência. (PARTICIPANTE 3, 2021).

Além de relatos como os evidenciados acima, a/o Assistente Social ainda lida com as incertezas diante das novas formas de vínculos empregatícios como os contratos por serviço, pregão, temporários etc. Estas formas de contratação não garantem estabilidade o que faz com que os/as profissionais tenham que conviver com as dúvidas e medos sobre sua sobrevivência, dúvidas como se seu contrato será renovado no início de cada ano, o que ocasiona inseguranças e favorecem situações de assédio e aceitação de requisições indevidas diante do receio de desagradar a gerência e não ter a renovação de seu contrato (Camargo, 2021).

A falta de um espaço físico adequado para o exercício profissional está presente em quase todos os artigos analisados, juntamente com a escassez dos recursos, com espaços improvisados, com pouca ventilação e iluminação, além de inadequação acústica que compromete o sigilo nos atendimentos, como explicitado no Código de Ética do Assistente Social e na Resolução 493/2006 do CFESS que no Artigo 2º estabelece que são necessários “recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção”.

Outro fator analisado é o **adocimento dos/as profissionais**, com uma maior carga de trabalho, falta de recursos e violação de seus direitos, os/as profissionais são acometidos com doenças como depressão, fibromialgia, síndrome de Burnout (Camargo, 2021, p. 505), entre outras. Como encontrado no relato a seguir:

A vulnerabilidade e a pobreza se tornou muito forte e aí nós enquanto profissionais muitas vezes somatizamos essas demandas, acabamos adoecendo, levando essa reflexão para conosco, porque muitas vezes saímos do trabalho, mas o trabalho não sai da gente e aí a gente acaba passando por um processo de adoecimento psicológico pensando no que poderíamos estar fazendo por essa demanda, que é fruto desse golpe de 2016, que é o fruto desse desmonte das políticas públicas sociais desse governo (PARTICIPANTE 2, 2021).

Evidencia-se uma reflexão crítica do profissional. Contudo, essa percepção sobre a realidade não elimina a possibilidade de sofrimento em decorrência do trabalho, o que pode acarretar em inúmeros prejuízos à saúde mental. Isso, pois as diversas formas de vínculo empregatício expressam a precariedade que os profissionais sofrem como exemplo, no artigo “As profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do município de Fortaleza/CE”, de seis profissionais, apenas duas eram concursadas, as outras eram terceirizadas, e ainda havia os casos nos quais as profissionais eram contratadas como assistentes técnicas e exerciam a função de assistente social (Costa, 2014, p. 372), o que incorre em infrações aos direitos profissionais e trabalhistas destas. Com todas as adversidades evidenciadas no trabalho profissional, as/os assistentes sociais ainda encontram dificuldades na liberação dos recursos financeiros para realização de trabalhos externos, autorização para participação de atividades de formação profissional, como: cursos, palestras e etc. Como mostrado nas condições de trabalho de assistentes sociais na região do Pará, segundo o artigo apresentado no CBAS, 2019:

Os resultados parciais obtidos, onde os perfis das entrevistas correspondem em sua totalidade do sexo feminino, possuíam vínculo de trabalho estatutário, 79% possuem a jornada de 30 horas semanais, conforme é instituído pela lei 12.317/2010. No que concerne à remuneração, indicaram que 51,80% das entrevistadas recebem até 3 salários mínimos, 43,88% recebem até 6 salários mínimos e 1,44% não informaram. No que concerne às condições de trabalho das profissionais entrevistadas revelaram que 49% responderam que não possuem uma sala individual, 37% informaram não possuir privacidade de atendimento e 68% afirmaram o convívio com ruídos. Acerca dos equipamentos necessários para o desenvolvimento do trabalho e revelaram que 94% das entrevistas possuem computadores reservados aos serviços em que estão alocas, no entanto, 16% não possuem acesso à internet. Outra questão colocada é sobre formação continuada, cerca de 60% das entrevistadas não dispõem de tempo para participar de capacitações profissionais em virtude do volume de trabalho e também por conta de que algumas instituições não a dispensam para tal, e também 70% informaram que não recebem subsídios para realizarem capacitações. No que concerne a realização de pesquisa no âmbito institucional para subsidiar suas práticas, elas informam que há limitações e dificuldades em desenvolver principalmente por conta do volume de trabalho. (Ferreira et al., 2019, p. 9).

O trabalho também está sendo orientado por metas e tempo de atendimento (Camargo, 2021, p. 502) causando maior intensificação do trabalho e cobranças, atrelando as incertezas

de proteção social e trabalhista resultando um ambiente de trabalho desafiador, adoecedor, desgastante. Em relação aos **salários** do/ da assistente social foi analisado que apesar de toda a carga de trabalho e demandas, o profissional está subordinado a níveis salariais baixíssimos, quase equivalente a receber um salário-mínimo (Camargo, 2021, p. 496).

O artigo “Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão” (Camargo, 2021) traz um dado de que a condição salarial é extremamente precária, revelando a desvalorização de um/a profissional especializado/a como o assistente social onde cerca de 70% dos assistentes sociais do nordeste mineiro (2018-2019) tem a renda mensal bruta quase equivalente ao salário-mínimo (baseado no ano de 2019). E na grande maioria, são os/as trabalhadores/as da assistência social com o menor salário. Já na saúde, os/as concursados/as ganham aproximadamente três salários-mínimos. Na educação, tem os salários mais elevados no cargo de docente, que variando da titulação recebem de cinco a 13 salários-mínimos. Nessa esteira, encontram-se também os/as profissionais que atuam no sociojurídico com os segundos valores mais altos.

Em relação à localização desses/as profissionais, foram encontrados artigos que pesquisaram a realidade de assistentes sociais no nordeste mineiro - MG, em Fortaleza - Ceará, Belém - Pará e do Rio Grande do Sul. Em relação a semelhanças, pode-se notar que em todas as localidades, as/os assistentes sociais sofrem com algum tipo de precarização de trabalho. Do Norte ao Sul do Brasil, esses profissionais enfrentam as consequências do avanço neoliberal e desmonte das políticas sociais que regem a assistência social. No entanto, há de se considerar que as particularidades da construção e desenvolvimento do neoliberalismo em cada região tendenciam a precarizar ainda mais a região Norte, utilizada como fonte de recursos naturais e matéria-prima para o restante do Brasil e para o mundo, considerando a divisão internacional do trabalho.

Conclui-se, então, que é possível notar que com o avanço do neoliberalismo, pós-golpe de 2016, a categoria profissional do/da assistente social se vê sob novos dilemas na sua atuação profissional, diante dos quais se faz necessário requerer, resistir e reivindicar por seus direitos com base no que é preconizado no Código de Ética da profissão, especialmente a necessária “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” (CFESS, 1993, p. 22), bem como na

defesa da Resolução CFESS 493/2006 que consta as condições essenciais e obrigatórias para a realização dos atendimentos aos/às usuários/as do Serviço Social.

### **3 CONCLUSÃO**

O Golpe Institucional de 2016, que resultou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, constituiu-se em um enquadramento do Brasil numa agenda de perspectiva neoliberal que gerou regreções visíveis ao longo dos anos nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, e, conseqüentemente, nas questões éticas, técnicas e salariais do trabalho profissional da/o assistente social. Como relatados neste trabalho, o adoecimento e precariedade na atuação profissional, geraram inseguranças e medos para a categoria e população em geral.

Nesse sentido, com o avanço do neoliberalismo e o desmonte das políticas públicas, as condições de trabalho das/os assistentes sociais, têm sido agudamente precarizadas nos seus vários espaços sócio-ocupacionais de trabalho, seja pelo ambiente insalubre e espaço inadequado; ou pela falta de recursos e materiais para a concretização do seu trabalho, a falta de estabilidade empregatícia, além da desvalorização salarial, como é possível observar nos relatos das/os profissionais em diferentes esferas do trabalho da/o assistente social.

Porém, é válido ressaltar que a precarização da atuação profissional de Serviço Social já existia antes do Golpe Institucional de 2016 e, ainda, que foi mais intensificada diante da crise do capital na pandemia de 2020. Ademais, a partir desta conjuntura histórica se intensificou, pois o neoliberalismo defende a existência de um Estado Burguês com participação mínima na sociedade. Por conseguinte, a população fica ainda mais fragilizada e aumenta as demandas e sobrecargas no trabalho da/o Assistente Social. Pode-se observar que a luta da categoria é contínua, enquanto for evidente os reflexos da Questão Social.

Por isso, a importância da categoria profissional no fortalecimento do projeto ético-político, mobilizando se na resistência e reivindicação de seus direitos, enquanto classe, previstos no Código de Ética da profissão, além de realizar a articulação com outras categorias profissionais de todas as esferas, que compartilham dos mesmos princípios éticos-profissionais para que assim, haja a efetivação de melhores condições de trabalho profissional.

Este trabalho permitiu enxergar a/o profissional de Serviço Social como pertencente a uma categoria, que também sofre com o descaso das políticas públicas, dos regressos, da falta de recursos, do desemprego, sendo situações análogas das pessoas que as/os profissionais atendem todos os dias. Infere-se, portanto, a reflexão sobre a importância do projeto ético-político profissional do Serviço Social para reivindicar os direitos da categoria. Avançando para uma maior efetividade das condições éticas, técnicas e salariais da profissão.

Portanto, faz-se necessário a continuidade dos estudos acerca das condições de trabalho da/o assistente social, as vistas que, as mudanças políticas na sociedade interferem diretamente na atuação profissional, podendo trazer avanços e/ou retrocessos independentemente da localidade que o profissional atua. Dessa forma, a/o assistente social poderá continuar na defesa intransigente dos seus direitos e da classe trabalhadora, a qual também pertence.

#### REFERÊNCIAS

CAMARGO, M. **Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarianização da profissão**. Serviço Social & Sociedade, p. 488-507, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jg4F8Xsmf8m3nFhFwfW493n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CFESS. **Código de Ética e Lei de Regulamentação**. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 11 mar. 2023.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon. **A precarização das relações e condições de trabalho dos(as) assistentes sociais em tempos de “reforma trabalhista**. O Social em Questão, n. 47, p. 65-84, 2020.

FERREIRA, Vanessa Khrisllen Pinheiro *et al.* **O avanço do neoliberalismo no Brasil e suas repercussões nas condições éticas e técnicas do trabalho da/do assistente social na política de assistência social: Particularidades do estado do Pará**. CBAS, 2019.

GOMES, Vera Lúcia Batista; PAIVA, Sara Daltro Tavares. **Contrarreformas neoliberais e suas inflexões para o trabalho profissional da(o) assistente social na previdência social brasileira: particularidades da Gerência Executiva/GEX- Belém/Pará**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 20, n. 1, p. e37267-e37267, 2021.

MUSTAFÁ, Patricia Soraya. **ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO: análise dos direitos sociais em tempos de ortodoxia neoliberal**. Revista Katálysis Florianópolis, vol. 22, 2019.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.